



Universidade de Brasília (UNB)

Faculdade de Educação (FE)

Curso de Pedagogia

Trabalho de Conclusão de Curso

**AUSÊNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA
INCLUSÃO**

Autora: Rayelle Azevedo Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liliane Machado

Brasília

2019

RAYELLE AZEVEDO SILVA

AUSÊNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO

Trabalho final de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia
à Comissão Examinadora da Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Liliane Machado.

Brasília
2019



Trabalho Final de Conclusão de Curso, de autoria de Rayelle Azevedo Silva, intitulado “AUSÊNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO” apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade de Brasília à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em ___/___/2019, defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof^ª. Dr^ª. Liliane Machado

Orientadora

Curso de Pedagogia - UNB

Prof. Me. João Roberto Vieira

Curso de Pedagogia - UNB

Prof^ª. Mestranda Ana Catarina Franco Dantas de Oliveira

Curso de Pedagogia - UNB

Brasília

2019

AGRADECIMENTO

Eu te agradeço
Senhor Pelo carinho,
pelo amor Pelo cuidado que tens por mim... [...] [...] Cristo te amo,
Tu és minha luz Eu te agradeço,
querido Jesus.
Leonardo Gonçalves, música “Obrigado”.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por ser o autor e mantenedor da minha vida; por guiar todos os meus passos e me permitir chegar até aqui; por perdoar todas as minhas falhas e continuar me amando incondicionalmente; e por me abençoar de maneira grandiosa, mesmo que imerecidamente. A Ele: toda a honra, toda a glória e todo o mérito das minhas conquistas.

Agradeço aos meus pais, Ilda e Rainel, por dedicarem suas vidas em favor da minha; por abdicarem de seus sonhos em favor dos meus; por sempre me incentivarem, apoiarem e torcerem pelo meu sucesso; por me amarem da maneira mais pura e sincera; e por me ensinarem os valores essenciais que o ser humano precisa: honestidade, respeito, amor e fé.

Ao meu marido, Jonathan que esteve comigo por toda a minha trajetória acadêmica, me apoiando e me ajudando sempre. A minha família, especialmente meus irmãos Romulo, Nayane e Karine pois são minha base na vida e me incentivam a nunca desistir. Ao meu cunhado que também esteve presente comigo me ensinando princípios básicos do companheirismo e aos meus tios, Assis, Deusa, Jose e Joana, pelo amor, o cuidado e o incentivo até aqui. Aos meus amigos do coração - Gabrielle, Amanda, Jaqueline, Karina, Thaís e Ludmila - por toda a alegria que me proporcionam e pelo apoio na minha caminhada. A Professora Dr^a Antonio Favero grande incentivador no início do meu curso, a quem tenho imensa gratidão e admiração. A Professora Dr^a Ana Maria, que foi um marco em minha trajetória acadêmica por sua sabedoria e dedicação, a quem respeito e admiro. A minha querida orientadora, Professora Doutora Liliane Machado, na qual a quem me faltam palavras para expressar tamanha gratidão. Sem ela, esse sonho não teria sido concretizado de forma tão rica e satisfatória. Agradeço-a por todo o conhecimento compartilhado comigo, enquanto sua aluna; pela disposição em aceitar me orientar neste Trabalho Final de Conclusão de Curso; por todas as horas, dias e meses de dedicação, sempre oferecendo o seu melhor em favor da minha formação, me incentivando e torcendo pelo meu sucesso; e por acreditar em mim, quando eu mesma descreditava. A ela: muito obrigada!

Por fim, agradeço aos demais professores da Faculdade de Educação-FE por contribuírem ricamente com a minha formação, tal como e agradeço à Universidade de Brasília (UNB) por me proporcionar momentos mágicos e me dar a oportunidade de crescer como ser humano.

AUSÊNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO

RAYELLE AZEVEDO SILVA¹

Resumo:

A presente pesquisa pretende retratar através dos dados coletados com a participação dos acadêmicos do curso de pedagogia, dados que nos sinalizem a prática pedagógica destes discentes no quesito da inclusão. A pergunta problema que se pretende responder é: O pedagogo ao concluir o curso de graduação, tem preparação adequada no quesito “prática pedagógica” na etapa da Inclusão? O objetivo é: analisar as lacunas existentes na formação do pedagogo para trabalhar o aluno inclusivo, na Universidade de Brasília. Foram obtidos, com os dados da pesquisa, conhecimentos pertinentes a uma das sustentações do ensino superior no campo da extensão, para que acadêmicos, professores e a sociedade possam ter embasamento no contexto pesquisado. Foi feita uma abordagem qualitativa para conhecer melhor o objeto de estudo. O Método bibliográfica, tendo em vista que para a realização da fundamentação teórica do trabalho utilizou-se estudos sobre teorias específicas. O instrumento foi o questionário: é um conjunto de perguntas, abertas e fechadas, que o entrevistado responde sem a presença de um entrevistador. A pesquisa foi realizada na Universidade de Brasília DF. A UnB oferta cursos de Administração, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Nutrição, Pedagogia, Serviço Social, dentre outros. Os colaboradores deste artigo foram quarenta (40) alunos concluintes do curso de pedagogia. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário, contendo questões bem elaboradas, com vistas a se garantir o entendimento do tema investigado. As questões foram de formato aberto e de múltipla escolha, com a finalidade de favorecer aos respondentes de maior facilidade para respondê-lo.

Palavras-chave: Inclusão. Prática Pedagógica no Curso de Pedagogia. Discente.

LACK OF PEDAGOGICAL PRACTICE IN INCLUSION

Abstract:

The present research aims to portray through the data collected with the participation of the academics of the pedagogy course, data that indicate the pedagogical practice of these students

¹ Licenciando em Pedagogia pela Universidade de Brasília – UNB (rayellesilva@hotmail.com).

in the area of inclusion. The problem question that is intended to answer is: Does the pedagogue, upon completing his undergraduate course, have adequate preparation in the area of "pedagogical practice" in the stage of Inclusion? The objective is to analyze the gaps in the educator's education to work the inclusive student at the University of Brasília. It is intended with the data of the research, knowledge relevant to one of the supports of higher education in the field of extension, so that academics, teachers and society can be based in the context researched. A qualitative approach was taken to better understand the object of study. The bibliographic method, considering that for the accomplishment of the theoretical foundation of the work it was used studies on specific theories. The instrument was the questionnaire: it is a set of open and closed questions that the interviewee answers without the presence of an interviewer. The research was conducted at the University of Brasilia DF. UnB offers courses in Administration, Law, Nursing, Civil Engineering, Nutrition, Pedagogy, Social Work, among others. The contributors to this article were forty (40) graduating students of the pedagogy course. For data collection we used a questionnaire, containing well-elaborated questions, in order to ensure understanding of the investigated theme. The questions were open and multiple choice, with the purpose of favoring the respondents more easily to answer it.

Keywords: Inclusion. Pedagogical Practice in the Pedagogy Course. Student.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1.1 | OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA INCLUSÃO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO.. | 13 |
| 1.1.1 | A Constituição Federal de 1988..... | 13 |
| 1.1.2 | Portaria nº 1.793 do Ministério da Educação (MEC)..... | 13 |
| 1.1.3 | Lei nº 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional..... | 14 |
| 1.1.4 | Decreto nº 3.298 de 1999..... | 14 |
| 1.1.5 | Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica..... | 15 |
| 1.1.6 | Parecer CNE/CP nº 9 de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena..... | 16 |
| 1.1.7 | Parecer CNE/CP nº 17 de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica..... | 16 |
| 1.1.8 | Lei nº 10.436 de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências..... | 17 |
| 1.1.9 | Portaria MEC nº 2.678 de 2002..... | 17 |
| 1.1.10 | Portaria nº 3.284 de 2003..... | 18 |
| 1.1.11 | Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Programa Incluir)..... | 19 |
| 1.1.12 | Decreto nº 5.626 de 2005..... | 20 |
| 1.1.13 | Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE..... | 20 |
| 1.1.14 | Decreto nº 6.094 de 2007..... | 20 |
| 1.1.15 | Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva..... | 20 |
| 1.1.16 | Decreto legislativo nº 186 de 2008..... | 21 |
| 1.1.17 | Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009..... | 21 |
| 1.1.18 | Plano Nacional de Educação (PNE)..... | 21 |
| 1.1.19 | Lei nº 13.146 de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência..... | 22 |
| 1.1.20 | Lei nº 13.409 de 2016..... | 22 |
| 2 | METODOLOGIA..... | 22 |
| 2.1 | ESCOLA PESQUISADA..... | 25 |
| 2.2 | PARTICIPANTES DA PESQUISA..... | 25 |
| 2.3 | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS..... | 26 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 3 | A FORMAÇÃO DO DISCENTE DO CURSO DE PEDAGOGIA FRENTE A INCLUSÃO..... | 26 |
| 4 | IDENTIFICAÇÃO DAS LACUNAS EXISTENTES NA FORMAÇÃO DO ALUNO CONCLUINTE DO CURSO DE PEDAGOGIA NA PERSPECTIVA DO TRABALHO INCLUSIVO..... | 27 |
| 5 | ANÁLISE DOS DADOS..... | 29 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 32 |
| | REFERÊNCIAS..... | 34 |
| | APÊNDICE A..... | 35 |
| | APÊNDICE B..... | 37 |
| | APÊNDICE C..... | 38 |

APRESENTAÇÃO

[...] É saber se sentir infinito
Num universo tão vasto e bonito,
É saber sonhar...
E, então, fazer valer a pena
Cada verso daquele poema sobre acreditar.
Ana Vilela, música “Trem bala”.

O presente memorial descreve a minha vida pessoal atrelada ao contínuo processo do ensino-aprendizagem, o qual esteve sempre presente e direcionado por fatos e escolhas pessoais.

Desde a infância, eu sonhava em ser professora. Eu me via deslumbrada com a profissão, mesmo com pouca maturidade diante deste vasto universo e com tão pouca idade para fazer uma escolha profissional, uma escolha de vida. Dentre as minhas brincadeiras preferidas, a que mais se sobressaía era a famosa “escolinha”. E “ai da turma” se eu não fosse a professora! Eu me encantava com a ideia de poder compartilhar conhecimentos, de poder ensinar e, ao mesmo tempo, aprender.

Nasci em 16 de março de 1997 e, após 6 anos, iniciei minha trajetória escolar. Minha entrada à escola foi mágica. Recordo-me da alegria que exalava em mim ao pisar pela primeira vez naquele lugar. Recordo-me das professoras, do carinho e da dedicação de cada uma, do quanto me ensinaram, para além do pedagógico. Ensinaram-me valores que carrego até hoje e a sempre sonhar, acreditando que o futuro valeria a pena.

O tempo foi passando e, com ele, aumentando o desejo pelo envolvimento com a educação. Este desejo era alimentado por minha mãe, Ilda, que tinha tanto apreço pela profissão. Ela considerava a profissão de educador a profissão mais linda que existia. Minha mãe sempre valorizou os educadores. Ela se encantava com o fato de alguém poder ensinar um sujeito a ler e escrever, a poder ler um jornal, a pegar um ônibus sem precisar pedir ajuda, a escrever um recado... Estas são coisas que meu pai e minha mãe não tiveram oportunidade de realizar. Eles sabiam poucas coisas da escola, mas isso já os deixava muito feliz, porque eles tiveram uma infância difícil onde a prioridade era trabalhar e não estudar.

Eles sempre treinavam isso, a fim de não esquecer alguns assuntos como somar, escrever textos, digitar, falar corretamente pois não tiveram muitas oportunidades. Eu os observava e pensava: “Um dia, eu vou ensiná-los e ajudar cada um em todas as suas dúvidas .

Hoje, percebo que este meu desejo pela educação se associa a um sonho que eu também queria concretizar: poder ajudar e ensinar meus pais e alguns tios a minha volta que tiveram o direito de estudar privado assim como meus pais. Durante minha adolescência, tive dúvidas e questionamentos sobre minha escolha de profissão. A certeza se tornou incerteza.

É sabido que a área da educação sempre foi alvo de grandes preconceitos e rótulos sociais. É uma área desvalorizada em uma sociedade pautada por valores da cultura do consumo e pela marcante desigualdade social. Costuma-se valorizar uma pessoa pela ostentação de objetos que custam muito dinheiro, não por ser uma pessoa culta. Esses estigmas se faziam claros nas falas das pessoas ao meu redor, quando eu dizia sobre minha perspectiva de seguir pela educação. Escutei muitas falas do tipo: “Professor não ganha dinheiro.”; “Professor sofre, trabalha muito e ganha pouco.”; “Escolhe uma profissão mais reconhecida, que você possa ganhar bem e que dê futuro.”. Estes discursos colocavam minha preferência profissional em dúvida, me fazendo optar por outras áreas de conhecimento que também me despertavam interesse.

Comecei a avaliar a opção pelo curso de Psicologia, por gosto pessoal e também por influências externas. Avaliei os prós e os contras, a minha afinidade e apreço pela área, as perspectivas de futuro profissional, e estava convicta de que seguiria pela psicologia. Terminei o Ensino Médio no ano de 2014, ainda na (in)certeza de que área realmente seguir e para que curso prestaria o vestibular. No ano seguinte, mesmo discordando das opiniões alheias e com baixas expectativas de que eu conseguiria ingressar na Universidade de Brasília, eu optei por prestar o vestibular para o curso de Pedagogia na UnB. Para a minha surpresa, em março de 2015, me tornei caloura da UnB.

Durante esse processo de escolha profissional entre Psicologia e Pedagogia, eu me deparei com algumas indagações. Por que de fatos as pessoas são desmotivadas a escolher o curso de pedagogia? O que vale mais os valores ou dinheiro? O que leva as pessoas que já atuam na área docente estão tão frustrados? Eles estão preparados? Estão prontos pra lidar com as peculiaridades que serão encontradas dentro de sala de aula ano após ano? Essas dúvidas vêm me acompanhando por um longo período.

Tenho buscado construir meu posicionamento sobre o assunto participando de discussões com muitas pessoas acerca do assunto e refletindo sobre como as pessoas ficam desmotivadas quando se formam e assumem uma sala de aula ou até mesmo antes disso, nos estágio, na graduação.

Assim, eu entrei na UnB já com a perspectiva de entender melhor como um pedagogo é preparado para a sala de aula, procurei disciplinas voltadas para a área e, a resposta foi positiva

. Passei uma parte procurando matéria que abordassem esse tema ou tivesse a mesma linha. No 1º semestre de 2018, me matriculei em uma disciplina optativa chamada “Didática”. Para a minha satisfação, a disciplina abordava exatamente questões voltadas à temática da didática em sala de aula e também o preparo do educador, pude aprender muito, pude compartilhar conhecimentos e me apropriar de novos saberes.

Ao encerrar o semestre, eu expressei à Professora Doutora Liliane o meu desejo de me aprofundar na área, escrevendo minha monografia de final de curso sobre a ausência da prática pedagógica na inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial no Brasil teve início no século XIX, por meio de experiências Norte americanas e europeias, onde brasileiros dispuseram-se a organizar e implementar ações isoladas e particulares onde havia atendimento a pessoas com deficiência física, mental e sensorial.

Não havia integração junto às políticas públicas de educação, de modo que se passou um século para que a educação especial fosse parte do nosso sistema educacional. Essa modalidade de ensino foi instituída de maneira oficial no início dos anos 60, sendo denominada “educação dos excepcionais”.

Houveram três períodos de grande importância para que houvesse a implementação do ensino especial: de 1854 a 1956 foi quando começaram as iniciativas em caráter privado; de 1957 a 1993 foi quando se definiu ações especiais de âmbito nacional e em 1993 foi o período caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

O objetivo da pesquisa é: analisar as lacunas existentes na formação do pedagogo para trabalhar o aluno inclusivo, na Universidade de Brasília (UNB). Para que o leitor tenha um entendimento mais amplo sobre o objeto pesquisado, o estudo pontuou os seguintes objetivos específicos: conhecer a linha do tempo da inclusão; a formação discente concluinte na perspectiva da inclusão; identificar as lacunas existentes na formação do aluno concluinte do curso de pedagogia na perspectiva do trabalho inclusivo. A pergunta problema que se pretende responder com base nos dados coletados é: O pedagogo ao concluir o curso de graduação, tem preparação adequada no quesito “prática pedagógica” na etapa da Inclusão?

O que me fez pesquisar sobre o tema, foi ao ser encaminhada para uma escola pública com o objetivo de realizar o estágio supervisionado II na etapa do ensino fundamental anos iniciais, disciplina obrigatória do curso. Tivemos a oportunidade de observar situações de crianças com deficiências em sala de aula a qual nos foi designada pela coordenação, a presença de três crianças com as seguintes características: primeira criança era cadeirante, segunda criança tinha deficiências múltiplas e a terceira criança com deficiência intelectual.

A observação que se fez diante da prática pedagógica da professora é que a mesma apresentava uma certa insegurança relativa à prática pedagógica com crianças deficientes, pretende-se com a pesquisa entender como é direcionado as práticas pedagógicas do aluno concluinte do curso de pedagogia para trabalhar com crianças inclusivas.

1.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA INCLUSÃO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO

A inclusão teve seus primeiros entendimentos a partir do ano de 1854 quando começaram as iniciativas em caráter privado.

Trazendo a inclusão para o ano de 1988, quando foi institucionalizada a atual Constituição Federal em vigor até o presente momento, a qual foi intitulada como “Constituição Cidadã”, o título se deu em detrimento a garantia dos direitos a grupos sociais até então excluídos, em especial as pessoas com deficiência.

A seguir, apresentamos as principais leis e diretrizes e programas sobre a Educação Especial, de forma resumida e também referências internacionais.

1.1.1 Constituição Federal de 1988

Segundo o art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

De acordo com o art. 205 da referida Constituição, é direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um princípio.

No art. 208, inciso III da Constituição a cima citada, é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação é um elemento fundamental e importantíssimo para a formação de uma cidadania digna, não somente no contexto da escola mais de forma social.

1.1.2 Portaria nº 1.793 do Ministério da Educação (MEC)

A Portaria nº 1.793 do Ministério da Educação (MEC), recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos–Ético–Políticos–Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

1.1.3 Lei nº 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN)

Na Lei nº 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), é abordada a Educação Especial no capítulo V: define educação especial; assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público, entre outros itens.

No capítulo V da Educação Especial da referida lei acima citada, no art. 58, entende-se que a educação especial esta referendada na Lei, e nos diz que é uma modalidade escolar, oferecida prioritariamente na rede regular de ensino aos alunos com deficiência, ou com transtornos de desenvolvimento ou com altas habilidades ou superdotados, e também é oferecido serviço de apoio especializado (SEE), para atender a clientela, quando este não houver condições específicas de integrá-los nas classes regulares de ensino, ofertando a educação especial sendo que esta é uma obrigatoriedade do Estado, tendo início na educação infantil com a faixa etária de zero a seis anos.

1.1.4 Decreto nº 3.298 de 1999

O Decreto nº 3.298 de 1999 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A Educação Especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Art. 1. Tem como objetivo dentro da Política Nacional a integração da pessoa portadora de deficiência, ele traz o conjunto de normas que orientam e asseguram na integra o exercício dos direitos individuais e sociais dos Portadores de deficiência.

Art. 2. Compete aos órgãos e às entidades do Poder público garantir na sua integra ao portador de deficiência o completo exercício dos direitos básicos, abarcando os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que são decorrentes da Constituição e das leis que propiciem o bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 24. Cabe aos órgãos e às entidades do Poder público direta e indireta responsáveis pela educação dar um tratamento prioritário, adequado aos assuntos designados neste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino; II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino; III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas; IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino; V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano; VI - o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência;

§ 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios;

§ 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano.

A Educação Infantil passa a ser conceituada e definida como a primeira etapa da Educação Básica. E vem sendo tratada como prioridade do governo sendo assim é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988.

1.1.5 Resolução CNE/CEB nº 2 de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos iniciará na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

1.1.6 Parecer CNE/CP nº 9 de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena

A educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

Cabe ao professor realizar seu trabalho voltado ao direito da igualdade e de oportunidade a todos, o que não exige um único modo de educar, mas o de poder oferecer a cada indivíduo o que melhor atende às suas necessidades frente às suas características, interesses e habilidades.

1.1.7 Parecer CNE/CP nº 17 de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

Este Parecer destaca-se por sua abrangência – vai além da Educação Básica – e também por se basear em vários documentos sobre Educação Especial.

Item 4 – A inclusão na rede regular de ensino “não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas”.

1.1.8 Lei nº 10.436 de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências

O art. 1º diz que a Língua Brasileira de Sinais – Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º O poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas garante apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde também devem garantir o atendimento e o tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Libras é a abreviação da Língua Brasileira de Sinais e é uma linguagem gestual usada pelos surdos brasileiros utilizando gestos e sinais em substituição à língua oral,

1.1.9 Portaria MEC nº 2.678 de 2002

Aprova o projeto da Grafia Braille para a língua portuguesa, recomenda seu uso em todo o território nacional e estabelece diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Art. 1º Foi para aprovar o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomendar o seu uso em todo o território nacional, na forma da publicação Classificação Decimal Universal - CDU 376.352 deste Ministério, a partir de 01 de janeiro de 2003.

Art. 2º Foi colocar em vigência, por meio de seu órgão competente, a Secretaria de Educação Especial SEESP, as disposições administrativas necessárias para dar cumprimento à presente Portaria, especialmente no que concerne a difusão e a preparação de recursos humanos com vistas à implantação da Grafia Braille para a Língua Portuguesa em todo o território nacional. O braile, que é um sistema de leitura e escrita tátil para cegos, ou seja, a leitura com as mãos, bastante utilizado.

1.1.10 Portaria nº 3.284 de 2003

Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Art. 1º Determina que seja avaliado as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art 2º A Secretaria de Educação Superior e com a Secretaria de Educação Especial, estabelece os requisitos de acessibilidade, tomando-se como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

§ 1º Os requisitos de acessibilidade de que se trata no caput compreenderão no mínimo.

I - Com respeito a alunos portadores de deficiência física:

a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço; c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas; d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;

II - No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso: a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador; b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático;

III - Quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso: a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado; d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

1.1.11 Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Programa Incluir)

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas IES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Investir na infraestrutura escolar, portanto, é garantir que você vai oferecer ao aluno amplas possibilidades de ter um ensino de qualidade durante seu período escolar, evitando, inclusive, a evasão escolar.

1.1.12 Decreto nº 5.626 de 2005

Regulamenta a Lei nº 436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O Decreto dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/ intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

1.1.13 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

Este plano recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares; A implantação de salas de recursos multifuncionais; A formação docente para o atendimento educacional especializado.

1.1.14 Decreto nº 6.094 de 2007

Implementação do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”, destacando a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, para fortalecer a inclusão educacional nas escolas públicas.

1.1.15 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Este é um documento de grande importância, que fundamenta a política nacional educacional e enfatiza o caráter de “processo”, desde o título: “na perspectiva da” – ou seja, ele indica o ponto de partida (Educação Especial) e assinala o ponto de chegada (Educação Inclusiva).

1.1.16 Decreto legislativo nº 186 de 2008

Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

1.1.17 Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, o “AEE” deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular.

O eixo da educação prevê as seguintes ações: implantação das salas de recursos multifuncionais, espaços nos quais é realizado o atendimento educacional especializado; acessibilidade na educação superior, incluir educação bilíngue; formação de professores e tradutores-intérpretes em língua brasileira de sinais (Libras).

1.1.18 Plano Nacional de Educação (PNE)

Define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. A Meta 4, sobre Educação Especial, causou polêmica: a redação final aprovada estabelece que a educação para os alunos com deficiência deva ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Constituição Federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para **todas** as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”.

1.1.19 Lei nº 13.146 de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)

O capítulo IV aborda o direito à Educação, com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.

1.1.20 Lei nº 13.409 de 2016

Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

As pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

Pessoas com deficiência que frequentaram escolas públicas durante o ensino médio terão direito a um percentual de vagas nas universidades e nos cursos técnicos de nível médio de instituições federais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter qualitativo, bibliográfico e como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário contendo 6 (seis) perguntas.

É importante apresentar, o conceito e as características da pesquisa qualitativa. Para alguns autores a Pesquisa Qualitativa é uma “expressão genérica”. Deve-se verificar que ela possui atividades de investigação que se apresentam de forma específica e possuem características de traços comuns. Devendo-se perceber dois aspectos: o primeiro, as peculiaridades da pesquisa qualitativa e o segundo, as modalidades dos tipos de investigação. A pesquisa qualitativa surgiu na antropologia de maneira mais ou menos naturalística, e na sua

tradição antropológica ficou conhecida como investigação etnográfica. Alguns a definem como sendo “o estudo da cultura”.

Algumas denominações da pesquisa qualitativa segundo Triviños,

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

Para Bogdan (1982 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130), destaca a pesquisa qualitativa como uma investigação do tipo fenomenológico e da natureza histórico-estrutural, dialética. O autor apresenta cinco características importantes da pesquisa qualitativa em quatro aspectos: A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; é descritiva; os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

A pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse. É um passo decisivo em qualquer pesquisa científica, uma vez que elimina a possibilidade de se trabalhar em vão, de se despender tempo com o que já foi solucionado. O êxito nos estudos depende em grande parte da leitura que o pesquisador realiza. A leitura feita segundo regras elementares favorece a tomada de notas, de apontamentos, a realização de resumos e o estudo, propriamente dito. Há ainda os livros de referência, os dicionários e as enciclopédias.

A pesquisa bibliográfica inclui-se nos procedimentos de documentação indireta. Pesquisa bibliográfica significa o levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar. A pesquisa bibliográfica apresenta quatro etapas: identificação, localização, compilação e fichamento. • Identificação: cuida do recolhimento bibliográfico que existe a respeito do assunto em questão. Esse levantamento é feito por meio de catálogos de editoras, livrarias, de órgãos públicos, de entidades de classe, de universidades, de bibliotecas. • Localização: é a fase posterior ao levantamento bibliográfico e significa a localização das obras específicas, a fim de conseguir as informações necessárias. • Compilação: caracteriza-se como fase da obtenção e reunião do material desejado. • Fichamento: é a transcrição dos dados em fichas, para posterior consulta e referência, devendo-se anotar os elementos essenciais ao trabalho.

Portanto, essas anotações devem ser completas, claramente redigidas e fiéis ao original (MEDEIROS, 2000, p. 37-38).

Questionário é uma técnica de investigação composta por um número grande ou pequeno de questões apresentadas por escrito com o objetivo de proporcionar determinado conhecimento ao pesquisador, Marconi e Lakatos (2003, p. 201-202) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Para os autores citados acima, o questionário tem vantagens e limitações que deve ser observado com cuidado pelo pesquisador, Marconi e Lakatos (2003, p. 201-202) e Gil (1999, p. 128-129) pode-se apontar vantagens e limitações no uso de questionários:

Vantagens – atinge grande número de pessoas simultaneamente; abrange uma extensa área geográfica; economiza tempo e dinheiro; não exige o treinamento de aplicadores; garante o anonimato dos entrevistados, com isso maior liberdade e segurança nas respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que entenderem mais conveniente; não expõe o entrevistado à influência do pesquisador; obtém respostas mais rápidas e mais precisas; possibilita mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento; obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

Limitações – pequena quantidade de questionários respondidos; perguntas sem respostas; exclui pessoas analfabetas; impossibilita o auxílio quando não é entendida a questão; dificuldade de compreensão pode levar a uma uniformidade aparente; o desconhecimento das circunstâncias em que foi respondido pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas; durante a leitura de todas as questões, antes de respondê-las, uma questão pode influenciar a outra; proporciona resultados críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significados diferentes para cada sujeito.

Questionários abertos, que têm como vantagem a característica de explorar todas as possíveis respostas a respeito de um item, servindo de base para a futura elaboração de um questionário fechado.

Questionários fechados, que apesar de se apresentarem de forma mais rígida do que os abertos, permite a aplicação direta de tratamentos estatísticos com auxílio de computadores e elimina a necessidade de se classificar respostas à posteriori, possivelmente induzindo tendências indesejáveis.

Questionários diretos, que apresentam a vantagem de se coletar diretamente a resposta desejada.

Questionários indiretos, alternativas utilizadas para os casos em que não é possível obter uma resposta precisa às questões por impossibilidade ou por se tratar de um assunto delicado.

Questionários assistidos, que permitem ao pesquisador acompanhar e coordenar diretamente as perguntas aos entrevistados, porém que podem induzir os respondentes a expressarem-se de acordo com ênfases do pesquisador, ao invés de suas próprias.

Questionários não assistidos, que se por um lado eliminam a possibilidade de contaminação por parte de um aplicador, podem não ser respondidos ou respondidos por pessoas não adequadas.

2.1 ESCOLA PESQUISADA

A pesquisa foi realizada na Universidade de Brasília (UnB), na Asa Norte. A Universidade oferta os cursos Administração, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Rede de Computadores, Serviço Social e outros mais. A estrutura física do Campus é composta por: departamentos, auditórios, biblioteca, estacionamentos para professores, estacionamentos para alunos, restaurante, banheiros masculino, femininos e adaptados em todos os blocos, escadas de acesso entre blocos, laboratórios de informática, um laboratório de redes. O horário de oferta aos cursos acontece em vários turnos de 8h e 00min às 22h.

2.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa teve como participantes, 40 alunos, sendo 20 alunos concluintes e 20 alunos (prováveis formandos).

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados utilizou-se o questionário instrumento dessa pesquisa, contentando questões bem elaboradas, com vistas a se garantir o entendimento do tema investigado. As questões foram de formato aberto e de múltipla escolha, com a finalidade de favorecer aos respondentes de maior facilidade para responde-lo.

3 A FORMAÇÃO DO DISCENTE DO CURSO DE PEDAGOGIA FRENTE A INCLUSÃO

Os cursos de formação de professores também devem discutir a importância do trabalho interdisciplinar e multidisciplinar com outras áreas de conhecimento, principalmente com a área da Educação Especial, que é uma área que muito produziu e produz conhecimentos sobre os alunos com necessidades educacionais especiais.

Além disso, o trabalho em parceria entre os professores da classe comum e os profissionais da Educação Especial poderão auxiliar os professores a elaborarem seus métodos de diferenciação de ensino para os alunos com necessidades educacionais especiais: ... para garantir o êxito dos trabalhos na escola inclusiva, algumas considerações devem ser consideradas: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencialização das formas de intervenção, isto é, aplicação dos sistemas consultivos e de intervenção direta em sala de aula comum por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente.

(DENARI, 2006, p.36) Além disso, a resolução do CNE/CEB nº 01/2002 evidencia também a necessidade de na formação inicial e continuada de professores serem discutidos os princípios de uma educação inclusiva e os fundamentos da Educação Especial. Esses conhecimentos capacitarão os professores a perceberem a diversidade de seus alunos, valorizarem a educação inclusiva, flexibilizarem a ação pedagógica, identificarem as necessidades educacionais especiais e, junto com o professor especializado, implementarem as adaptações curriculares.

Por meio destas medidas, espera-se que o professor esteja mais apto para trabalhar com a diversidade dentro de sala de aula e dentro da escola, contanto, inclusive com auxílios de outras áreas para que possa satisfatoriamente realizar e organizar situações de ensino aprendizagem em condições ótimas para os alunos com necessidades educacionais especiais. Por último, os cursos de formação de professores devem também contemplar a problemática das mudanças atitudinais. Os professores, a comunidade escolar, as famílias, a sociedade em geral deve mudar suas concepções a respeito da diversidade, diferença e deficiência. Todos os alunos devem ser vistos como capazes e suas peculiaridades durante o processo de escolarização não devem ser transformadas em deficiências ou características pejorativas. Situações de preconceito e estigma devem ser banidas no âmbito escolar, principalmente com relação a capacidade do aluno de participar das atividades de escolarização.

Estas mudanças não são fáceis de serem realizadas e precisam envolver um grande investimento tanto em nível de formação continuada e inicial. Além disso, diversas pessoas devem estar envolvidas neste processo, e não somente o professor da classe comum: O caminho para essa mudança conceitual teria que ser construído a partir do trabalho colaborativo do professor do ensino comum com o professor especializado, além de equipes multiprofissionais que atuariam, preferencialmente, dentro da escola e da classe comum (MENDES, 2004, p.227).

4 IDENTIFICAÇÃO DAS LACUNAS EXISTENTES NA FORMAÇÃO DO ALUNO CONCLUINTE DO CURSO DE PEDAGOGIA NA PERSPECTIVA DO TRABALHO INCLUSIVO

O tópico citado acima é integralmente o terceiro objetivo específico, o qual foi respondido com a pesquisa realizada com os 40 alunos pesquisados. Todos os pesquisados são alunos concluintes do curso de pedagogia. O questionário aplicado foi composto de 6 perguntas que foram delineadas para entendimento do leitor. O quadro a seguir apresenta a identificação de todos os alunos, com suas experiências em estágios e como educador social.

Quadro 1 – Resultados do questionário com alunos concluintes do curso de pedagogia.

| Formação acadêmica: Concluente | Nº de alunos (SIM) | Nº de alunos (NÃO) |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Experiência/estagiário/sala de aula | 31 | 9 |
| Educação infantil | 20 | 20 |
| Educação fundamental | 10 | 30 |
| Educador social | 4 | 36 |
| Tempo (médio) | Entre 12 e 24 meses | 11 |

Fonte: elaborado pela autora.

Foi perguntado aos alunos se durante a sua graduação lhe foi ministrado aulas com o formato de disciplina no componente da educação inclusiva. A resposta dos 40 alunos é que foi ofertado.

Ao serem abordados se a UnB ofertou cursos de extensão ou algum projeto que permeasse a prática no contexto da educação inclusiva, 7 alunos responderam que sim. Dentre eles, 1 aluno respondeu que o coordenador enviava a oferta via e-mail do docente online, 1 aluno respondeu que desconhece a oferta de curso de extensão na área, e 33 alunos responderam que não, mas que tiveram uma disciplina voltada para a inclusão.

Foi percebido na fala dos alunos que mesmo a maioria tendo respondido que não, sinalizaram a disciplina no contexto da inclusão, somente um aluno desconhece totalmente o tema perguntado.

Ao serem abordados sobre os estágios obrigatórios do curso de pedagogia, alguns destes estágios abordaram diretamente direcionados ao contexto da inclusão, 33 alunos responderam não, 5 alunos responderam que sim, 1 aluno disse que no estágio IV teve a oportunidade de observação na sala de recurso e 1 aluno observou em sala de regular com alunos inclusivos.

Na totalidade das respostas dos alunos pode-se perceber o não como resposta, isto nos mostrou através das falas dos participantes que não houve durante os quatro anos de curso inseridos nos estágios as práticas trabalhadas na inclusão.

Perguntamos aos alunos concluintes do curso de pedagogia, se ao termino do curso tinham preparação suficiente para atuar em sala de aula com alunos deficientes, 8 alunos responderam que sim, só não explicitaram as suas respostas. E 32 alunos disseram não com as devidas sinalizações: “deveríamos ter mais aula, palestras, visitas entre outros. Não me sinto preparada diante das demandas na inclusão, são necessários mais cursos de capacitação ao longo do curso direcionados ao tema. O enfrentamento de uma sala com alunos inclusivos se faz necessário a união da “teoria com a prática”. Apesar de ter cursado uma disciplina voltada para a inclusão, não me sinto apta a atuar com alunos com deficiência, pois não tivemos

atividade práticas voltadas para a inclusão, não tivemos prática no campo da inclusão, enfrentar essa demanda sem o devido conhecimento da prática é complicado, pois dependendo da deficiência do aluno terei que buscar capacitação na área. Tivemos a disciplina de inclusão com um vasto conhecimento na teoria.”

Diante das respostas dos alunos, percebeu-se que, no curso de pedagogia é ministrado uma disciplina voltada para a inclusão, ampla em conhecimentos teóricos e com a prática a desejar.

Perguntamos aos alunos o que eles sinalizariam como sugestão para ser ministrado de forma adequada, direcionado ao trabalho pedagógico com alunos com deficiência durante sua graduação, 33 alunos responderam que curso de extensão, aulas práticas em centro de atendimento de alunos com deficiência, visitas técnicas com mais frequência em escolas inclusivas, oferta de mais disciplinas voltadas a inclusão. Outros 2 alunos responderam somente que: aulas práticas em centro de atendimento de alunos com deficiência e visitas técnicas com mais frequência em escolas inclusivas, 5 alunos responderam aulas práticas em centro de atendimento de alunos com deficiência e 9 alunos responderam que: curso de extensão, aulas práticas em centros de atendimentos a alunos com deficiência; visitas técnicas com mais frequência em escolas inclusivas e oferta de mais disciplinas voltadas à inclusão.

Ao questionarmos os alunos, se eles tivessem que assumir de imediato uma sala de aula com alunos com PNE, quais os conhecimentos colocariam em prática, tendo como referência a disciplina de educação inclusiva ministrada durante a sua formação acadêmica, 36 alunos responderam que acolher a criança, observar, conhecer o planejamento referendado pelo PPP, voltado para inclusão, estabelecer uma parceria com a família ou responsável, planejar com a equipe gestora e coletivamente com os professores; 3 alunos responderam acolher a criança, observar, conhecer a deficiência e 1 aluno respondeu que apenas precisaria conhecer a deficiência da criança.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Como mencionado acima, os estudantes observaram as dificuldades dos alunos concluintes da pedagogia, demonstrando serem a maioria incapazes de assumir uma sala com alunos com PNE, pois a formação voltada para a inclusão é tida apenas com a teoria e não é

associada a prática. Sendo assim os alunos formandos não se sentem capacitados para lidarem com essa demanda.

A universidade é tida como a responsável pela iniciativa de colaboração que oferece auxílio aos profissionais educacionais, sendo assim, deveria conter em suas matérias e aulas durante os cursos, aquelas que incluem conhecimentos e modos de tratar alunos que possuem necessidades escolares especiais, de forma mais aprofundada, com estágios voltados para a prática inclusiva.

Zemelman (2004) ainda ressalta o anseio do estudante de conhecer previamente como é construído o conhecimento, de forma que possa compreender e praticar o ensino que cada aluno venha necessitar em aula.

Segundo as doutoras Célia Regina Vitaliano (2002) e Maria Júlia Canazza Dall'Acqua (2007), um dos motivos do déficit da formação dos educadores em se tratando de inclusão se dá pelo fato de que a política de implantação da educação especial é recente.

Há um grande percentual de matrículas de alunos com NEE em ensino regular, porém, de acordo com pesquisas recentes, foi comprovada a dificuldade que professores e equipes de gestão escolar estão tendo para ensinar esses alunos, por conta do despreparo profissional.

Foi observado que um dos motivos que beneficia essa situação são os cursos de formação dos professores que não propiciam preparo adequado em relação a essa questão e, embora tenham disciplinas que desenvolvam o tema incluso, não aprofundam seus ensinamentos, fazendo assim com que o docente em formação não se sinta confortável a lidar com alunos que necessitem de cuidados especiais.

Cartolano (1998) enfatiza em suas análises que a educação inclusiva deve “ser parte integrante da formação dos profissionais da educação em geral, acrescentando que, em relação ao período histórico que estamos vivenciando, o professor qualificado deve ser preparado para lidar com o aluno que tenha ou não necessidades especiais.

O método adotado será o estudo de caso. Nos estudos de Cartolanos, as análises feitas nas diretrizes curriculares para licenciatura no curso de pedagogia, gerou surpresa ao ser verificado que há pouco foco no texto em relação ao preparo do professor para que atue efetivamente na política educacional inclusiva.

Uma forma de desenvolvimento de conhecimento do graduando seriam atividades complementares do curso, sendo elas vinculadas à área de prática inclusiva, podendo também voltar o trabalho de conclusão do curso para esse tema.

Segundo Rodrigues (2008, p. 11), “a formação inicial de professores com relação à inclusão deveria toda ela ser feita contemplando em cada disciplina da formação conteúdos que

pudessem conduzir a uma atuação inclusiva”. O curso deveria oferecer não somente em um período, mas no decorrer dos anos letivos auxílios, aulas e atividades complementares, para que fosse aprofundado o assunto inclusão e houvesse maior preparação e capacitação dos futuros professores.

É um grande desafio aos professores o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois cabe a eles construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observada necessidade de atividades diagnósticas e maior orientação para que haja um atendimento educacional a alunos com deficiência, especializado, tendo aumentado cada vez mais conforme a carência de orientação para o trabalho em seu contexto de inclusão, evidenciada pelas políticas, nas escolas regulares, de atendimento educacional especial.

O professor é visto como o facilitador para aprendizagem e desenvolvimento, intermediando os conhecimentos escolares, tendo em vista que o trajeto escolar é favorecido a partir da educação recebida e do quão hábil academicamente as crianças são em sala de aula, sendo reafirmada a importância do que é passado durante as séries iniciais.

O docente deve, por esse motivo, saber prevenir e reconhecer os problemas de comportamento e acadêmico dos alunos, sendo importante que haja uma instrução durante seu curso de como lidar com essas situações, de forma mais prática do que teórica, e pela ausência dessas instruções, os docentes se sentem despreparados para receber alunos especiais.

Pelo ensino aos futuros docentes faltar a prática inclusiva, é notado que terão dificuldades ao se depararem com alunos especiais em salas inclusivas, e acaba passando as responsabilidades a terceiros, tendo assim, uma classe dividida pela diferença e necessidade desses alunos, mostrando que a inclusão ainda está, grande parte, apenas na teoria.

É de muita importância, não só intelectual, mas também sociocultural a inclusão dos alunos especiais na escola regular, visto que ela irá introduzir o aluno não apenas na vida acadêmica, mas na sociedade, e o contato com alunos que não têm necessidades especiais derrubará uma das muitas barreiras da inserção do indivíduo. Os cursos em si trazem ideias e teorias inclusivas que, aparentemente irão ajudar o novo instrutor a acolher e auxiliar o aluno com necessidades especiais. Um dos objetivos específicos da pesquisa é conhecer a linha do tempo da inclusão, ir a fundo sobre a formação do discente na perspectiva da inclusão. E também identificar as lacunas existente na formação do aluno concluinte do curso de pedagogia na perspectiva do trabalho inclusivo e diante das respostas dos alunos, percebeu-se que, no curso de pedagogia é ministrado uma disciplina voltada para a inclusão, ampla em conhecimentos teóricos e com a prática a desejar.

Desde já, o curso deve passar por uma reforma onde haja maior foco em disciplinas que preparem o educador para lidar com diversas situações que envolva o ensino especial ajudando não apenas com a permanência física dos alunos, mas também o desenvolvimento de seu

potencial, sendo respeitadas as diferenças e atendendo a necessidade de cada um, tendo como base a junção da teoria com a prática.

Finalizo o meu Trabalho Final de Conclusão de Curso com as profundas palavras do Professor Vital Didonet (2001):

Para você me educar você precisa me conhecer [...]
Precisa saber e entender as verdades, pessoas e os fatos [...]
Para você me educar precisa me encontrar lá onde eu existo [...]
Para você me educar precisa estar comigo onde eu estou [...]
A educação que eu necessito
É aquela que faz de mim mais eu,
Que desperta o mistério do meu ser,
As potencialidades adormecidas.
É uma educação que promove minha identidade pessoal.
Eu me educo fazendo cultura
E nesse ato de geração cultural
Eu construo o meu ser, na relação dialógica homem/natureza.
(Para você me educar...)

REFERÊNCIAS

BRASIL, Distrito Federal. lei de diretrizes e bases da educação brasileira. **Brasília: Presidência da República**, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. Editora Atlas SA, 1999.

MARÇAL, L. L. A formação inicial dos educadores: professores e professoras. **Rizoma Freireano**, v. 12, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. In: **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. In: **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório Linha de Base 2018 (INEP): Meta 1 – Educação Infantil**. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. 1992.

PORTAL EDUCAÇÃO. **A Prática Pedagógica: Como Fazer a Educação**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/esporte/a-pratica-pedagogica-como-fazer-a-educacao/37575>>. Acesso em: 2 de setembro de 2019.

TOZETTO, Susana Soares; DE SÁ GOMES, Thaís. A prática pedagógica na formação docente. In: **Reflexão e Ação**, v. 17, n. 2, p. 181-196, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO CONCLUINTE DO CURSO DE PEDAGOGIA

Aluno concluinte do curso de pedagogia: Ausência da Prática Pedagógica na Inclusão

Caros (as) Alunos concluintes do curso de pedagogia, este questionário 6 perguntas, de formato aberto e fechado é parte integrante do trabalho de pesquisa elaborado no Curso de Pedagogia, da UNB. Esta pesquisa tem como objetivo: análise da formação do pedagogo para observação de lacunas que existam em sua formação para lidar com alunos inclusivos, na Instituição (UNB). A pesquisa pretende responder a seguinte pergunta problema: Concluindo o curso, o pedagogo está preparado adequadamente para a prática pedagógica nos termos adequados para a inclusão? Solicita-se a colaboração, no sentido de responder às perguntas, para que eu possa realizar uma análise coerente dos objetivos propostos na referida pesquisa. Em nenhum momento a identificação da escola e a identidade do profissional participante serão expostas, os dados serão usados apenas para fins acadêmicos.

Agradeço a colaboração.

IDENTIFICAÇÃO:

Formação Acadêmica: 8º Semestre de Pedagogia

Experiência no Magistério:

Como Estagiário: () sim () não

Na educação Infantil () Ensino Fundamental () 1º ano () 2º ano () 3º ano () 4º ano

Como educador Social: () sim () não

Quanto tempo: _____

Prezado aluno, você pode optar em responder mais de uma opção.

1. Durante a sua graduação houveram ministrações de aulas em forma de disciplina no componente da educação inclusiva?

() sim () não

2. Ao longo do curso de pedagogia, em algum momento foi ofertado pela universidade, curso de extensão ou algum programa que permeasse a prática no contexto da educação inclusiva?

3. Houve direcionamento à prática pedagógica para inclusão durante os estágios obrigatórios do curso de pedagogia?

4. Você se sente preparado para encarar determinadas exigências de uma sala de aula com alunos que têm necessidades especiais?

() sim () não

Comente a sua resposta.

5. Qual seria sua observação para que, de forma eficaz, seja ministrada aula que tenha direcionamento ao trabalho do pedagogo para com o aluno deficiente?

() curso de extensão.

() aulas práticas em centros de atendimento a alunos com deficiência.

() visitas técnicas com mais frequência em escolas inclusivas.

() oferta de mais disciplinas voltadas à inclusão.

Disserte sobre algumas opções.

6. Quais seriam os conhecimentos que você usaria no dia a dia em sala de aula, tendo como base o que foi ministrado durante a sua formação acadêmica no que diz respeito às disciplinas de educação inclusiva?

() acolher a criança.

() observar a criança.

() conhecer a deficiência da criança.

() conhecer o planejamento referendado pelo PPP, voltado para a inclusão.

() estabelecer uma parceria com a família ou responsável.

() planejar com a equipe gestora e coletivamente com os professores.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um estudo para fins de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o aluno concluinte do curso de pedagogia: Ausência da Prática Pedagógica na Inclusão, conduzido por mim, Rayelle Azevedo Silva, estudante de Pedagogia na Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação da Professora Doutora Liliane Machado. O áudio da nossa entrevista será gravado e seguirá um roteiro semiestruturado de perguntas. O áudio será transcrito por mim, que me comprometo a tratar e guardar o material da pesquisa de modo ético e sigiloso. Asseguro o anonimato da sua identidade, preservando sua privacidade, segurança e conforto em participar da pesquisa. A sua participação é voluntária. Você fica à vontade para desistir da participação ou para não responder alguma pergunta quando não desejar ou se sentir constrangido (a). Como benefícios da pesquisa, esperamos contribuir para o aperfeiçoamento das práticas profissionais realizadas pelo pedagogo na Socioeducação. Os resultados serão disponibilizados por meio de Trabalho Final de Conclusão de Curso público e me coloco à disposição para agendar um encontro de retorno da pesquisa. A qualquer momento da pesquisa, você também pode me solicitar esclarecimentos e tirar qualquer dúvida que apareça. Para tanto, disponibilizo meu telefone (61) 992389489 e meu e-mail de contato: rayellesilva@hotmail.com. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é redigido em duas vias, sendo uma para você e outra para a pesquisadora.

Desde já, agradeço seu interesse e a sua valiosa contribuição nesse estudo.

Nome da pesquisadora: Rayelle Azevedo Silva

Assinatura da pesquisadora: _____

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Brasília, _____ de _____ de 2019.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistadora: Rayelle Azevedo Silva

Dia da entrevista: _____

Local de realização da entrevista: _____

Horário de início da entrevista: _____

Horário de encerramento da entrevista: _____